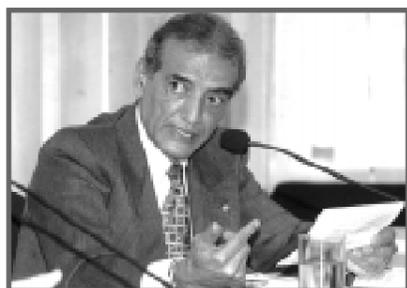


JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.299 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 18 DE MAIO DE 2001



Abdul Hak, ex-presidente do Santos, disse ter ficado surpreso com a descoberta e criticou o atual modelo de gestão dos clubes

CPI descobre que dinheiro do Santos foi desviado para contas suspeitas

Depois de ouvir ex-dirigentes do Santos e um empresário da área, a CPI do Futebol anunciou a descoberta de um desvio de US\$ 1,5 milhão, em 1998. O dinheiro seria pago ao Internacional de Milão pela compra do jogador Caio.

PÁGINA 5



Os senadores Geraldo Althoff (E) e Álvaro Dias ouvem o depoimento de José Paulo Fernandes, ex-vice-presidente do Santos, que não soube explicar as irregularidades descobertas pela CPI



Saturnino espera tramitação rápida do caso no Senado

Saturnino crê na aprovação do relatório

Relator do caso da violação do painel do Senado acredita que parecer pedindo abertura de processo contra ACM e Arruda será aprovado.

PÁGINA 3



Jader elogia a qualidade do trabalho desenvolvido pelo sistema de comunicação social do Senado (rádio, TV, jornal e agência de notícias)

Rádio Senado passa a operar em ondas curtas

A partir da próxima segunda-feira, a Rádio Senado passará a transmitir em ondas curtas para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, graças a parceria com a Radiobrás. Em solenidade realizada ontem, o presidente do Senado, Jader Barbalho, destacou a importância da iniciativa para ampliar a prestação de contas do Legislativo à opinião pública e para o aprimoramento da própria democracia representativa.

PÁGINA 6



Ricardo Santos sugere revisão do acordo para compra do gás boliviano



Valadares acusa governo de não se preocupar com o risco apontado

CRISE DE ENERGIA

Valadares responsabiliza FHC. Santos dá alternativa

Documento de abril do ano passado alertava o governo para a gravidade da situação, segundo o senador Antonio Carlos Valadares. Para o senador Ricardo Santos, as termelétricas movidas a gás podem minimizar os efeitos da crise.

PÁGINA 4

Vídeos pornográficos deverão estimular uso de preservativo

Projeto enviado para sanção presidencial prevê que as fitas vendidas ou alugadas exibam a mensagem "Faça sexo seguro. Use camisinha"

O Plenário do Senado aprovou projeto de lei da Câmara que obriga as fitas de vídeos pornográficos ou eróticos a exibirem, antes dos filmes, a mensagem "Faça sexo seguro. Use camisinha." A lei entrará em vigor 120 dias após ser sancionada e abrangerá todas as fitas desse tipo destinadas a venda ou aluguel no país.

A matéria teve parecer favorável da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), relatado por Gilvam Borges (PMDB-AP). A mensagem deve durar, no mínimo, cinco segundos. As fitas que não cumprirem a determinação estarão sujeitas à apreensão.

Para o relator, "a inclusão da mensagem terá pouquíssimo ou nenhum impacto no custo da produção" das fitas. Ele adverte, porém, que não é certo que a mensagem aumentará o uso do preservativo, "especialmente se o filme que se seguir a ela



Segundo Gilvam, a medida "não vai fazer mal a ninguém"

contradisser, pelo comportamento de seus personagens, o que a mensagem propugna". Mas diz que "ainda que a estratégia seja de eficácia questionável e não atinja um número tão grande de pessoas, não vai fazer mal a ninguém".

Outros dois projetos da Câmara foram aprovados e seguem para sanção. O primeiro dá à sede do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (TRE-PB) o nome de "Palácio Desembargador Rivando Bezerra Cavalcanti". A matéria teve parecer favorável de Ney Suassuna (PMDB-PB) na Comissão de Educação (CE). O outro projeto dá o nome de Tenente-Coronel-Aviador César Bombonato ao Aeroporto de Uberlândia (MG). O parecer favorável, da CE, foi de Gerson Camata (PMDB-ES).

Também foram aprovadas duas renovações de concessões e uma nova outorga para o funcionamen-

to de rádios. As renovações foram para a Rádio Difusora de Penápolis Ltda. (SP) e para a Rádio Sociedade de Muriaé Ltda. (MG). O Plenário também outorgou concessão para a DMD Associados Assessoria e Propaganda Ltda. explorar a radiodifusão em ondas médias na cidade de Peixoto de Azevedo (MT).

A pedido de Tião Viana (PT-AC), foram adiadas a discussão e a votação do projeto de decreto legislativo que aprova acordo entre o Brasil e França para repatriação de pessoas em situação irregular. Segundo Viana, o acordo pode levar diplomatas brasileiros a delatarem aqueles compatriotas que estiverem em situação irregular em solo francês.

Duas propostas de emenda à Constituição (PECs) contaram prazo de discussão na sessão de ontem: a que prevê a renúncia de prefeitos, governadores e do presidente da República que desejarem disputar a reeleição e a PEC que regulariza a situação funcional dos PMS do exterritório federal de Rondônia.

Para Geraldo Cândido, país não superou herança escravagista

A escravidão ainda não foi abolida no Brasil, pensa o senador Geraldo Cândido (PT-RJ). Por isso, afirmou ele durante pronunciamento feito ontem, não houve o que comemorar no último dia 13 de maio.

Para o senador, a relação do patrão com o trabalhador "permanece de cunho escravagista" e a data comemorativa da assinatura da Lei Áurea deveria ser substituída pelo Dia Nacional de Denúncia Contra a Existência de Excluídos, "sejam negros ou apenas pobres".

Segundo Cândido, o que os afrodescendentes querem é "uma cidadania que tenha como objetivo despertar a nação inteira para a situação de exclusão em que vivem".

— O governo Fernando Henrique e sua política neoliberal, associados a um passado colonial escravagista e explorador, perpe-



Geraldo Cândido: "O governo perpetua as desigualdades sociais"

tua as desigualdades sociais priorizando os acordos internacionais — disse o senador.

Na opinião dele, as ações do governo ampliam ainda mais os contrastes sociais gerando situações como a informalização crescente do mercado de trabalho e o aumento do desemprego. "Quem mais sofre as consequências desse desgoverno são as camadas carentes, da cidade ou do meio rural, acentuando ainda mais a violência e o genocídio da população negra e pobre", disse.

Geraldo Cândido destacou que todas as denúncias de racismo já foram feitas, e "o mito da democracia racial no Brasil está ultrapassado". Para ele, o que os negros querem são ações efetivas que retirem a população afrodescendente da condição de marginalização perante a sociedade.



SEBASTIÃO ROCHA RECEBE SINDICALISTAS DO AMAPÁ

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) recebeu em seu gabinete (foto) comitiva de sindicalistas da área de educação do Amapá, aos quais comunicou decisão adotada pela Justiça que garante aos servidores reposição de perdas referentes ao Plano Collor. Segundo informação transmitida aos sindicalistas pelo senador, o juiz federal Márcio Barbosa Maia, da 8ª Vara Federal do Distrito Federal, determinou à Secretaria de Recursos

Humanos do Ministério do Planejamento que se abstenha de suspender a incorporação dos 84,32% a que têm direito os servidores de educação do Amapá.



Ademir lamenta impunidade de mandantes de assassinatos

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) informou ontem que o pistoleiro que assassinou, em 6 de dezembro de 1988, o deputado estadual do PSB João Carlos Batista em Belém foi condenado na última terça-feira a 30 anos de prisão. O deputado era envolvido com movimentos de trabalhadores rurais, acrescentou. Ademir lamentou que, ao longo do processo, todos os mandantes tenham sido desvinculados das acusações, "não se sabe como".

— É norma permanente, constante. A Justiça só age sobre os mais fracos — disse Ademir.

O senador, que acompanhou o

juízo com outras autoridades e representantes partidários, defendeu a necessidade de punir também os mandantes dos crimes. "O homem que mata por dinheiro é desprezível, mas quem paga para que uma pessoa seja morta também é", observou. Ademir Andrade também se referiu ao assassinato de trabalhadores sem terra em 1995 em Eldorado dos Carajás, no Pará. Ele enfatizou que apenas os policiais que atiraram estão sendo julgados, enquanto as autoridades que deram ordens estão fora do julgamento.

A falta de planejamento do governo Fernando Henrique Cardoso



Ademir: "É norma permanente. A Justiça só age sobre os mais fracos"

em relação ao fornecimento de energia elétrica também foi objeto da crítica de Ademir. Ele ainda comentou que o esforço feito pelo governo para impedir a realização de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para apurar denúncias de corrupção no governo federal vai repercutir junto à população, que, na sua opinião, levará o fato em conta ao definir suas preferências eleitorais no pleito de 2002.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Carlos Augusto Setti
Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane de Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Saturnino acredita que relatório será aprovado

Senador diz estar com a consciência tranqüila de ter feito “o mais correto possível”. Caso o documento seja acolhido pela maioria do Conselho de Ética e encaminhado à Mesa do Senado, ele prevê uma tramitação rápida

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) disse ontem à imprensa acreditar que os integrantes do Conselho de Ética aprovarão seu relatório, que prevê abertura de processo de cassação dos mandatos dos senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Roberto Arruda (sem partido-DF), por suas participações no episódio de retirada de uma lista com votos secretos do painel do Senado.

— Nenhum deles explicitou isso, mas pelas conversas que tive senti que o relatório deverá ser aprovado pela maioria na quarta-feira — afirmou Saturnino.

Interrogado sobre as afirmações do senador Waldeck Ornélas (PFL-

BA), que criticou o conteúdo do relatório, o senador pelo Rio de Janeiro disse estar “com a consciência tranqüila” de que fez “o mais correto possível”.

Saturnino previu ainda que, se o relatório for aprovado e remetido à Mesa do Senado, “sua tramitação será bem rápida”, voltando ao Conselho de Ética já com um pedido oficial de processo por quebra do decoro parlamentar. A seguir, o conselho abrirá prazo para a defesa de Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda. Caso o processo receba aprovação no conselho e na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), sua tramitação deverá



Roberto Saturnino afirma ter sentido nas conversas a tendência de aprovação pela maioria

exigir pelo menos 45 dias, conforme previsão do senador Ramez Tebet (PMDB-MS), presidente do Conselho de Ética.

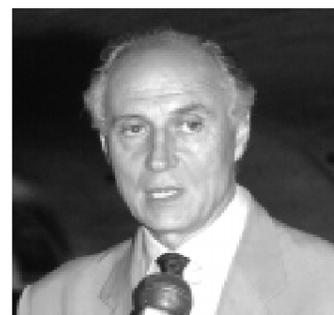
Suplicy conclama Senado a agir com “serenidade e firmeza”

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) conclamou os senadores a conduzirem os desdobramentos do episódio da violação do painel eletrônico do Senado com serenidade e firmeza. Para ele, o relatório do senador Roberto Saturnino representou um bom exemplo da postura equilibrada que todos os senadores devem ter para analisar o caso e votar de acordo com suas consciências.

Ele concordou com Saturnino: a verdade cabal sobre o episódio ainda não foi conhecida, tendo em vista as contradições não resolvidas durante os depoimentos. Diante disso, Suplicy instou os senadores que conhecerem fatos ainda não revelados sobre o assunto a divulgarem, de público, o que sabem.

O representante de São Paulo também protestou contra a violência da Polícia Militar da Bahia ao coibir a manifestação de rua contrária a Antonio Carlos Magalhães. Embora reconhecendo o direito de proteção à propriedade e aos familiares do senador baiano, Suplicy afirmou que a democracia não pode tolerar “ações de repressão próprias do período da ditadura militar”.

Suplicy condenou ainda as notícias publicadas na imprensa insinuando que o senador Nabor Júnior (PMDB-AC) estaria sendo pressionado a votar pela absolvição dos senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda. “Circulam nos corredores denúncias de pressões que outros senadores esta-



Eduardo Suplicy aponta relatório de Saturnino como bom exemplo de postura equilibrada

riam recebendo”, revelou.

Em aparte, o próprio Nabor negou ter sido procurado por qualquer pessoa ou empresa com o objetivo de orientar seu voto. Ele garantiu que votará em conformidade com suas convicções. Também em aparte, o senador Antonio Carlos Magalhães protestou contra “procedimento indigno de jornalistas para forçar o voto de Nabor, senador de reputação reconhecida e ilibada”.

A senadora Marina Silva (PT-AC) afirmou que a truculência da polícia baiana já havia se manifestado durante os protestos de índios e trabalhadores por ocasião dos 500 anos do Descobrimento, dos quais ela mesma participou. Para o senador Paulo Hartung (PPS-ES), protestos como o dos empresários do Pensamento Nacional das Bases Econômicas (PNBE), enviando uma pizza para cada senador, são falhos porque tratam todos os partidos como se fossem iguais, o que não é verdade.

Jader pede parecer sobre papel da Mesa na apreciação do caso do painel

O presidente do Senado, Jader Barbalho, solicitou à Advocacia Geral e à Consultoria da Casa parecer sobre o exato papel que o Regimento da instituição reserva à Mesa na hipótese de o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar aprovar o relatório do senador Roberto Saturnino sobre o caso da violação do painel de votação, em que é pedida a abertura de processo de cassação dos mandatos dos senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda.

Jader Barbalho quer saber, por exemplo, se a ação da Mesa é meramente formal e homologatória do relatório a ser enviado pelo



Jader quer saber se a Mesa deverá se manifestar de alguma forma sobre o mérito do caso

Conselho de Ética, ou se a Comissão Diretora deverá se manifestar de alguma forma sobre o mérito do caso. Ele espera rece-

ber essas informações até a próxima segunda-feira.

De acordo com o Regimento, se aprovado o parecer do relator pelo conselho, a questão segue para a Mesa do Senado, que deverá manifestar-se sobre o caso. A abertura de um processo formal de cassação de mandato ocorreria novamente no Conselho de Ética, acionado desta vez pela Mesa. Preocupado em cumprir estritamente as determinações do Regimento, Jader pediu o parecer que orientou o caso da cassação do ex-senador Luiz Estevão e uma nova manifestação da Consultoria e da Advocacia Geral do Senado.

ACM não recorre à Justiça contra voto aberto no Conselho de Ética

O senador Antonio Carlos Magalhães disse à imprensa ontem que não pretende recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra a decisão do presidente do Conselho de Ética, senador Ramez Tebet, de colocar em votação aberta, e não secreta, o relatório das investigações sobre o seu envolvimento na violação do painel de votações do Senado. O relatório preparado pelo senador Roberto Saturnino será votado pelo conselho na quarta-feira, a partir das 10h.

Antonio Carlos voltou a afir-

mar que não pretende renunciar ao mandato, atitude que evitaria sua inelegibilidade caso o processo no Conselho de Ética terminasse em cassação. Interrogado por repórteres se havia recebido uma pizza enviada por empresários na terça-feira, pelo correio, o senador baiano disse que sim, mas mostrou-se irritado com o fato.

O senador Waldeck Ornélas também mudou de idéia e não pretende mais recorrer ao STF contra a votação aberta do relatório de Roberto Saturnino,



Antonio Carlos Magalhães reafirma que não pretende renunciar ao mandato

como anunciara na quarta-feira. Para ele, o senador Ramez Tebet “decidiu de forma autocrática” e teria ferido a Constituição. “De qualquer forma, ele tem prazo até quarta-feira para mudar de opinião”, afirmou.



SIMON RECEBE ESTUDANTES DE DIREITO DE SÃO PAULO

Cerca de cem estudantes de Direito da Universidade Oeste Paulista (Unoeste), da cidade de Presidente Prudente (SP), participaram de um encontro com o senador Pedro Simon (PMDB-RS) na quarta-feira. Os alunos debateram com Simon questões relacionadas com as investigações sobre a violação do painel de votação do Senado e os possíveis processos de cassação de mandato dos senadores José Roberto Arruda e Antonio Carlos Magalhães.

Ricardo Santos propõe a construção de termelétricas

Segundo o senador, programa lançado em 2000 previa a instalação de 14 unidades este ano, mas apenas seis entrarão em funcionamento

O senador Ricardo Santos (PSDB-ES) apresentou ontem, em Plenário, uma série de sugestões para minimizar os efeitos da crise de energia elétrica. Entre as propostas está a efetivação do programa de usinas termelétricas movidas a gás. O Programa Prioritário de Termelétricas, informado, lançado em fevereiro do ano passado, previa a construção de 49 usinas, sendo 29 a cargo da Petrobras. Das 14 unidades previstas para este ano, apenas seis vão começar a funcionar, produzindo 1.200 megawatts.

O atraso do programa decorre do baixo interesse dos empresários em montar usinas, uma vez que o preço do gás, nacional ou importado da Bolívia, é fixado em dólar e varia constantemente. Já a energia produzida a partir dessa ma-



Ricardo Santos: preço em dólar do gás é causa do atraso do programa

téria-prima tem o preço fixado em reais e corrigido anualmente, segundo Ricardo Santos. Ele observou que o problema é de solução complexa e envolve inclusive a revisão do acordo de compra do gás boliviano.

Santos defende que o preço do gás nacional seja fixado em reais. Segundo ele, o preço do produto deveria ser mais barato nas regiões produtoras, como os estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro.

Em aparte, o senador Gerson Camata (PMDB-ES) elogiou a iniciativa de Ricardo Santos e observou que há um ano seu colega já alertava para a necessidade de resolver a questão do preço do gás. Conforme disse Ricardo Santos, houve no mínimo "problemas de planejamento e gestão estratégica na

condução dos programas prioritários de energia elétrica". Agora, entende ele, as soluções devem passar ao largo de restrições ideológicas, devendo os investimentos para a recuperação do nível desejável de abastecimento ser feitos pelas empresas estatais.

– Discutir a privatização de Furnas e da Eletronorte em um ambiente tumultuado como o atual poderá redundar em prejuízo para os cofres públicos. Acreditamos que o setor privado nacional e estrangeiro deveria ser chamado agora para contribuir na ampliação de nossa capacidade de geração, transmissão e distribuição – disse o senador.

Ricardo Santos afirmou ainda que é necessário reforçar a interligação, com ampliação da capacidade de transmissão, entre as bacias do Sul-Sudeste e Norte, por meio de Furnas e da Eletronorte. O senador sugeriu também dar início imediato à construção da linha de transmissão Ouro Preto-Vitória.

Maldaner elogia campanha em favor do Código de Trânsito

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) parabenizou o governo pela campanha em favor do Código de Trânsito Brasileiro, que completa três anos de vigência. Ele considerou a iniciativa "adequada, inteligente e educativa".

Maldaner afirmou que o código "é um dos mais avançados no papel" e já obteve conquistas práticas. Entre elas, o parlamentar destacou a municipalização da gerência do trânsito, a criação da figura dos agentes de trânsito municipais e o sistema unificado de estatísticas.

O parlamentar também ressaltou que o Código de Trânsito conseguiu reduzir o número de acidentes, que chegou a causar 50 mil mortes por ano – para ele, "número mais consentâneo com guerras e grandes desastres naturais".



Para Maldaner, o código é um dos mais avançados

Na avaliação de Maldaner, as campanhas publicitárias que trazem informação e formação para o cidadão "são muitíssimo mais úteis do que simplesmente dizer que o governo está trabalhando pelo país ou que ele se preocupa com o cidadão".

– Toda propaganda do governo deveria ter esse objetivo: orientar, informar o cidadão sobre o cumprimento das leis – opinou o parlamentar.

O senador, no entanto, ressaltou que extensa parte do Código de Trânsito ainda não é cumprida no país. É o caso, disse, das faixas de pedestre, que segundo ele são respeitadas pelos motoristas apenas em Brasília e em outros poucos lugares. Casildo Maldaner assinalou ser um "traço cultural bem brasileiro" a apresentação de uma nova legislação fadada a ser integralmente descumprida no dia seguinte.

Emilia destaca programas gaúchos de inclusão social

A criação, no Rio Grande do Sul, de dois programas de inclusão social destinados a beneficiar milhares de pessoas que vivem em condições de vulnerabilidade social e a reformulação de outros dois projetos semelhantes foram registradas ontem em Plenário pela senadora Emilia Fernandes (PT-RS). Segundo



Emilia Fernandes: preocupação é com a cidadania

disse, as medidas retratam o compromisso do governador Olívio Dutra (PT) com a formação da cidadania no estado. Batizado de Família Cidadã, um dos programas, que garante renda mínima para mais de 10 mil famílias, dispõe de R\$ 12,8 milhões para atender às famílias que vivem em situação de indigência ou ganham até dois salários mínimos por mês. A senadora assinalou que também vão ser incluídas no programa as famílias carentes que tiverem entre seus membros portadores de HIV ou idosos.

Já o programa Coletivos de Trabalho é um instrumento de inserção produtiva que visa reverter as condições econômicas e sociais de comunidades pobres.

De acordo com o programa, por um período de até seis meses o governo do estado garantirá renda mensal de um salário mínimo aos trabalhadores, que receberão também vale-alimentação no valor de R\$ 40. O investimento do governo será de R\$ 3,4 milhões e atingirá cerca de 2 mil trabalhadores.

Criado em 1995, o programa Banco de Alimentos está sendo reestruturado para ampliar o número de beneficiados. A idéia é combater o desperdício por meio do aproveitamento dos produtos não comercializados nos mercados do Rio Grande do Sul. Os produtos serão repassados para 5.400 famílias de baixa renda e 50 entidades assistenciais de Porto Alegre e região metropolitana.

O programa Primeiro Emprego será agora reformulado, relatou a senadora. Entre as mudanças, que vão começar a vigorar a partir deste mês, Emilia destacou a relativa ao público-alvo: serão beneficiados jovens que tenham entre 16 e 24 anos de idade e possuam condições de ingressar no mercado de trabalho.

Valadares: governo foi alertado sobre crise de energia

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) disse ontem em Plenário que desde o início do ano passado o governo vinha sendo alertado para o risco da falta de energia elétrica. Citando reportagem publicada no último dia 10 pelo *Jornal do Brasil*, Valadares referiu-se a documento produzido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), remetido em abril de 2000 à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e ao Ministério de Minas e Energia. No documento, os técnicos do ONS alertavam que "o risco mais severo corresponde ao subsistema Sudeste/Centro-Oeste", com déficit previsto de 20% no abastecimento.

Segundo o jornal, nem o ministério nem o próprio ONS manifestaram preocupação em relação às previsões, preferindo trabalhar com a possibilida-

de de que fortes chuvas encheriam os reservatórios das usinas hidrelétricas. Em dezembro do ano passado, o Operador Nacional do Sistema Elétrico voltou a chamar a atenção para o problema da estiagem, mas, como começou a chover bastante em janeiro, nem mesmo um plano mais brando de racionamento foi implementado. Em fevereiro, verificou-se que o volume de chuvas não havia sido o esperado.

Valadares observou que, além dos transtornos causados pelos cortes de energia elétrica a serem impostos à população e às empresas, o Brasil vai diminuir o seu Produto Interno Bruto (PIB) em US\$ 15 bilhões, com perda estimada de 800 mil empregos e de US\$ 1,6 bilhão na relação entre importações



Valadares citou relatório do ONS prevendo déficit no abastecimento

e exportações.

– A importância do tema não foi devidamente considerada, restando uma história reveladora de desencontros, desinformações e displicências inaceitáveis – lamentou o senador sergipano.

Em aparte, o senador Amir Lando (PMDB-RO) afirmou que o presidente

Fernando Henrique Cardoso usa uma "mentira de conveniência" quando diz que foi pego de surpresa pela crise. Já Alberto Silva (PMDB-PI) afirmou que é preciso buscar soluções de emergência. Ele acredita que o déficit de mil megawatts do Nordeste pode ser superado por meio do arrendamento de 20 unidades geradoras no exterior, cada uma com capacidade de 50 megawatts.

Marluce quer projeto agrícola para Roraima



Marluce: Roraima tem condições de ampliar produção

A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) cobrou ontem do governo federal a adoção de uma política agrícola eficaz que tenha por objetivo promover o pleno desenvolvimento do estado de Roraima. Para ela, o caminho seria a concretização de um projeto elaborado pela Embrapa que se destina a ampliar em até 20 milhões de hectares a área de produção de grãos e inclui 22 municípios entre o cerrado e a floresta amazônica.

Marluce manifestou estranheza com o fato de o estado estar praticamente alijado do processo produtivo nacional, apesar de possuir condições climáticas favoráveis ao plantio, solo fértil e uma malha viária quase totalmente asfaltada. E lembrou que o fortalecimento agrícola de Roraima garantiria o abastecimento nas entressafas, além de atender diretamente aos estados de Rondônia, Amazonas, Pará, Amapá e Maranhão.

Lobão defende maior poder para o Ibama



Edison Lobão: Ibama precisa de condições para fiscalizar

Ao afirmar que a incidência de invasões de terras públicas no Brasil é das mais altas do mundo, o senador Edison Lobão (PFL-MA) apontou a necessidade de o governo oferecer condições para que o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) cumpra sua missão fiscalizadora.

O senador afirmou que no Brasil a atuação do grileiro — “que invade terras públicas e corrompe autoridades para ‘legitimar’ em escrituras fraudulentas as terras que não lhe pertencem” — ganhou foros internacionais, tal o volume de terras roubadas do poder público. Lobão citou reportagem da jornalista Andréa Viana, publicada no jornal *O Imparcial*, sobre a atuação dos grileiros na reserva do Gurupi.

Ex-dirigentes desviaram US\$ 1,5 milhão do Santos para contas de “laranjas”

CPI levanta também diversos casos de evasão de divisas nos negócios com clubes estrangeiros. Ao todo, conforme o relator, são 16 casos flagrantes de irregularidades



Numa reunião de sete horas de duração, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destinada a investigar fatos envolvendo o futebol ouviu depoimentos de dois ex-dirigentes do Santos Futebol Clube e um empresário futebolístico, colhendo uma série de contradições, mas revelando, com provas documentais, que foi desviado US\$ 1,5 milhão de dólares do clube paulista para contas de “laranjas”. A CPI alinhavou, também, diversos casos de evasão de divisas do país nos negócios do clube com agremiações estrangeiras, que podem resultar numa multa de R\$ 3,33 milhões a ser imposta ao Santos pela Receita Federal. O ex-presidente do clube Samir Jorge Abdul Hak, após longo depoimento, mostrou-se surpreso com os fatos apurados.

Ao todo, a CPI do Futebol apurou, segundo o seu relator, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), 16 casos flagrantes de irregularidades, que vão desde a cobertura de gastos indevidos com o automóvel do



Althoff e Álvaro ouviram Samir Jorge Abdul Hak (à direita) e Ivani Targino de Melo (acima)



então presidente do clube até o roubo de R\$ 40 mil depositados em uma escrivania dentro do clube.

O ex-vice-presidente do Santos José Paulo Fernandes, que assinava cheques na ausência do presidente e que mantinha os contatos diretos com empresários e procuradores de jogadores, caiu em contradição e não soube explicar nenhuma das irregularidades apontadas. O ex-vice-presidente do Santos teve seu CPF cassado pela Receita Federal, por ficar três anos sem declarar Imposto de Renda. Perante a comissão, ele colocou a culpa em seu conta-

dor, Airton, do qual disse não lembrar o nome completo.

O outro depoente, Ivani Targino de Melo, conhecido por Vando, que deixou o negócio de oficina mecânica para ser empresário de futebol, não escondeu que recebeu muito dinheiro em transações importantes envolvendo jogadores famosos, como Viola (atualmente no Vasco). O que ficou evidente, contudo — segundo concluiu o relator, num momento de impaciência com as divagações de Targino —, é que o empresário recebeu do Santos uma propina de

R\$ 200 mil para impedir que o jogador fosse vendido para o Corinthians por R\$ 4 milhões. O dinheiro foi pago pelo ex-vice-presidente do Santos, que, no entanto, disse aos parlamentares que Vando era agente do Corinthians e não de Viola. Foi por meio do empresário que o Corinthians encaminhava documento formal ao Palmeiras tentando comprar Viola, que estava emprestado ao Santos. Porém havia uma cláusula no contrato do empréstimo pela qual o Santos tinha preferência de compra do passe do jogador.

CPI documenta irregularidades

O que mais estremeceu a CPI foi o desvio de R\$ 1,5 milhão, em 1998, na época equivalente a US\$ 1,5 milhão (o câmbio era de um dólar por um real). O dinheiro era para ser pago ao Internacional de Milão, pela compra do jogador Caio. O negócio foi acertado em US\$ 2,5 milhões. Conforme as contas rastreadas pela CPI, o Santos pagou US\$ 3 milhões e ainda deve, segundo a contabilidade do clube, US\$ 500 mil. O equivalente a US\$ 1,5 milhão (com cheques emitidos em reais) foi parar em contas de pessoas que nunca tiveram nada com o clube, segundo seu ex-presidente: Modesto Filgueiras, Raimundo Rato, Odemar Aguiar, Clóvis Aguiar, Odimar Fernandes Filho, Edson Antônio Pereira, Raulo Franco e a Indústria de Papel Ramezoni, de Minas Gerais. Na cópia do cheque, que ficava no Santos, o crédito nominal era para o clube italiano; mas no cheque o nome escrito era o do “laranja”.

O relator da CPI, senador Geraldo Althoff, apresentou dezenas de documentos comprovando toda a sor-

te de irregularidades, principalmente em transações com clubes do exterior — a compra de Caio, do Inter de Milão; a venda dos passes de Giovanni, para o Barcelona, e de Marcos Assunção, para o Roma, por US\$ 8 milhões cada um; de Argel e de Alessandro, para o Porto (Portugal); Jameli, para o Central Espanhola, do Uruguai; e ainda a venda de Zuriaga, Edgard Baez e várias transações internas. Até uma empresa de Pelé, a Clavi Projetos Especiais Ltda., apareceu como intermediária do Santos na negociação de Argel, sem que isso constasse em contrato e sem que o então presidente do clube tivesse conhecimento.

Os ex-dirigentes também não souberam explicar, entre outras operações, o pagamento de comissões de US\$ 500 mil ao empresário Juan Finger nem a prática de vales na tesouraria do clube, feita pelos diretores; doações a outros clubes (Jabaquara); a não cobrança de créditos do clube junto a terceiros; e o pagamento de comissões a intermediários que nada intermediaram.

Álvaro Dias lamenta liminar do STF contra quebra de sigilo

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR), presidente da CPI destinada a investigar fatos envolvendo associações brasileiras de futebol, disse ontem, na abertura dos trabalhos, estar estupefocado com a decisão tomada pelo ministro Ilmar Galvão, do Supremo Tribunal Federal (STF), concedendo liminar que suspende de imediato a quebra de sigilo bancário e fiscal da Federação Mineira de Futebol e do seu presidente, Elmer Guilherme Ferreira, solicitada pela comissão. Para ele, o presidente da Federação Mineira de Futebol é um réu confesso que no seu depoimento à CPI assombrou os parlamentares e o país, ao relatar a prática de atos absolutamente imorais.

Álvaro Dias disse que não basta cobrar do Congresso Nacional uma conduta ética. É preciso que haja colaboração de todos os setores para que o Brasil não tenha mais que conviver com atos de

corrupção e com a impunidade. Ele observou que a população brasileira revela indignação e revolta diante da decisão do ministro do Supremo.

— Não podemos concordar com esse tipo de atitude. Acho que as pizzas não devem ser mandadas para o Congresso. O endereço é outro — argumentou com ironia o senador paranaense, referindo-se ao protesto de um grupo de empresários que enviou dezenas de caixas de pizzas para o Congresso, querendo com isso sugerir que tudo o que se apura ali “não dá em nada”.

Apesar das dificuldades criadas pela liminar do STF, contudo, Álvaro Dias garantiu que a CPI do Futebol “não terminará em pizza”, pois até aqui já apurou irregularidades e crimes com provas documentais suficientes para enquadrar os culpados. “O que fizemos até agora já justifica plenamente a instalação dessa CPI”, afirmou.

Rádio Senado passa a transmitir em ondas curtas

Emissora alcançará regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Jader destaca necessidade de o Legislativo prestar contas à opinião pública

A partir da próxima segunda-feira, a Rádio Senado passará a transmitir em ondas curtas para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, graças a um convênio assinado com a Empresa Brasileira de Comunicação (Radiobrás). Em solenidade que reuniu ontem parlamentares, dirigentes da Radiobrás e profissionais de comunicação, o presidente do Senado, Jader Barbalho, destacou a importância dessa parceria para ampliar a prestação de contas do Legislativo à opinião pública brasileira e para o aprimoramento da própria democracia representativa.

A Rádio Senado em ondas curtas terá a mesma programação da Rádio Senado FM, transmitindo as atividades do Senado Federal (Plenário e comissões) ao vivo, bem como música brasileira, informação e serviços. De exclusivo, essa transmissão terá um noticiário especialmente produzido para as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, apresentado diariamente a partir das 7h45 (hora de Brasília). A Rádio Senado em ondas curtas estará no ar das 7h às 23h, de segunda a sexta.

O presidente da Radiobrás, Carlos Zarur, ressaltou o alcance do sinal da Rádio Senado a partir des-



Jader (cumprimentando o presidente da Radiobrás) resalta a importância da parceria com a empresa

sa parceria e a importância desse canal de informação para que a sociedade acompanhe as atividades de governantes e parlamentares, e destacou o avanço tecnológico da empresa, com *know-how* genuinamente brasileiro. O sinal da Rádio Senado em ondas curtas terá condições de atingir todo o Centro-Oeste, Norte e Nordeste, bem como boa parte da América Latina e até trechos da África.

Em seu pronunciamento, Jader Barbalho elogiou a qualidade e seriedade do trabalho desenvolvido pelo sistema de comunicação do Senado (Rádio, TV, Jornal e Agência de Notícias), frisando a orientação da Mesa no sentido de que toda a atenção seja dada à cobertura das atividades da insti-

tuição, em sua dimensão "pluralista e permanente". Jader agradeceu o apoio da Radiobrás e anunciou o interesse do Legislativo em fazer novas parcerias, "inclusive para o lançamento de um telejornal do Legislativo brasileiro, abrangendo notícias do Senado, da Câmara e das assembleias legislativas".

Os senadores Edison Lobão (PFL-MA), Carlos Wilson (PPS-PE), Sérgio Machado (PSDB-CE) e Luiz Otávio (sem partido-PA) participaram da solenidade, ao lado do presidente da Radiobrás e outros diretores da empresa, do diretor-geral do Senado, Agacieli da Silva Maia, e do diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado, Carlos Augusto Setti.

João Alberto aplaude seminário sobre educação

O senador João Alberto (PMDB-MA) comunicou que a seção de Brasília da Escola de Pais realizará hoje e amanhã um seminário internacional para discutir o tema "Educar nossos filhos para vencer os desafios da vida". Entre os assuntos que serão debatidos, segundo o senador, estão "O jovem - perspectivas de trabalho no mercado globalizado", "Saúde mental da família e da sociedade" e "A liberdade e os novos tempos".

- Este é o caminho adequado no momento para pais e educadores, diante da inexistência de pedagogias certas: presença, assunção, permanente estudo e

troca de experiências para educar crianças e adolescentes para o futuro - comentou João Alberto.

A Escola de Pais, entidade fundada em São Paulo no ano de 1963, tem o objetivo de congregar pais e especialistas em educação para debater o problema da educação dos filhos a partir da experiência vivida e dos resultados de pesquisas feitas.

Na opinião do senador pelo Maranhão, a diversificação e o avanço da tecnologia e dos meios de comunicação não permitem a omissão no campo educacional. João Alberto acrescentou que eventos do tipo do que será reali-



João Alberto: avanço da tecnologia não permite omissão no campo educacional

zado pela Escola de Pais merecem todo o apoio da sociedade. "Além de proporcionarem oportunidade de aprofundamento da problemática educacional, materializam para as famílias e escolas ações concretas voltadas para o preparo dos cidadãos do amanhã", justificou.

Senado leva 84 títulos para Bienal do Livro

O Senado participa da Bienal do Livro, no Rio de Janeiro, com 84 títulos publicados pelo Conselho Editorial e pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações e 13 documentos históricos, entre eles os atos de renúncia dos ex-presidentes da República Jânio Quadros e Fernando Collor.

No estande coordenado pela Comissão da Feira do Livro, nomeada pelo primeiro-secretário Carlos Wilson (PPS-PE), serão promovidos dois lançamentos de livros, e o público poderá assistir

às sessões plenárias, transmitidas ao vivo pela TV Senado.

Hoje, o estande do Senado promoverá o lançamento da *Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro em Braille*, de que o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) será o patrono. Na próxima sexta-feira (dia 25), caberá ao senador Geraldo Cândido (PT-RJ) lançar o seu *Atividades Parlamentares*.

Os lançamentos feitos nas diversas participações do Senado sempre homenageiam os parlamentares dos estados em que se realizam.

Plenário homenageia Márcio Moreira Alves

O Plenário aprovou ontem requerimento com voto de aplauso ao ex-deputado federal Márcio Moreira Alves pelo lançamento do seu livro *Sábados Azuis - 75 Histórias de um Brasil que dá Certo*. A iniciativa da homenagem foi do senador Francelino Pereira (PFL-MG).

Em discurso, Francelino Pereira leu carta enviada por ele a Márcio Moreira Alves, parabenizando o jornalista pela autoria do livro em que são narrados fatos que confirmam, na avaliação do senador, a existência de "um Brasil que dá certo". A obra reúne 75 artigos publicados em *O Globo*, entre 1994 e 1999. Na opinião do senador, o livro deve ser lido por todos. "É uma leitura que nos enche de fé e faz com que já não prevaleça a falta de perspectivas". Citando o poeta soviético Wladimir



Francelino Pereira: livro de Márcio "nos enche de fé"

Maiakovsky, "gente é para brilhar e não para morrer de fome", o senador lembrou que a coletânea traz histórias que apontam, como diz Luís Fernando Veríssimo, "a evidência de um Brasil possível".

Para exemplificar, Francelino resumiu uma história narrada no livro. Em 1995,

Márcio escreveu sobre os canteiros multicoloridos de rosas plantados pela população em frente ao hospital de oftalmologia da cidade de Iguatama, cidade mineira. "Não é que o povo de Iguatama tenha especial pendor para a floricultura. O que gostam mesmo é de gente. Plantaram as flores para ver a alegria dos pacientes, quando retiram o tapa-olhos, depois de uma operação de catarata, e se deslumbram com a nitidez das formas e o calor das cores, de que já haviam se esquecido", escreveu Márcio Moreira Alves.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 - *Cidadania* - O sen. Mauro Miranda e o deputado Gustavo Fruet falam sobre o Estatuto das Cidades
7h30 - *Entrevista* - O sen. Pedro Piva fala sobre os recursos para os esportes olímpicos
8h - *As Cidades do Brasil* - Rio Grande do Sul
8h30 - *Saúde/Unip* - Correção de Deformações Congênitas - Parte 2
9h - Sessão Plenária (ao vivo)
Logo após - CPI do Roubo de Cargas (gravado)

18h30 - *Quem Tem Medo da Música Clássica* - Concerto para violoncelo e Orquestra de Haydn
19h30 - *Cidadania* - O sen. Lúcio Alcântara e Marco Antônio de Ávila, do Ministério da Saúde, falam sobre as patentes de remédios para Aids.
20h30 - *Entrevista* - O sen. Pedro Piva fala sobre os recursos para os esportes olímpicos
21h - *Jornal do Senado* - As principais notícias do dia
21h30 - *Especial* - Darcy Ribeiro
22h30 - *Teatro Arthur Azevedo* - Companhia de dança Pulsar
24h - *Quem Tem Medo da Música Clássica* - Concerto para violoncelo e Orquestra de Haydn

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



Romeu Tuma: mesmo "aos 79 anos Montoro comportava-se como jovem idealista"

Romeu Tuma homenageia Franco Montoro

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) prestou homenagem ao ex-senador André Franco Montoro, falecido em 1999, ao relatar sua participação em solenidade de inauguração do Monumento à Cultura Democrática, em frente à Assembléia Legislativa de São Paulo, onde se encontra uma estátua do ex-parlamentar. Para Tuma, Montoro se transformou em "ícone do estado democrático e de direito".

O senador lembrou que, em 1985, proferiu palestra no curso intensivo de correspondentes de guerra ao lado do então governador de São Paulo, Franco Montoro, que falou sobre a disponibilidade de água e suas implicações no futuro da humanidade.

— Aos 79 anos de idade, comportava-se como jovem idealista, lúcido, aguerrido e apto a agitar uma platéia pontilhada de intelectuais e trabalhadores da imprensa, a ponto de distribuir dezenas de folhetos, como se panfletos fossem, sobre suas idéias de como aproveitar os recursos hídricos sem os esgotar, sem ameaçar a vida sobre a Terra e sem os utilizar como meio de pressão — relatou o senador.

Tuma também revelou que, nessa mesma ocasião, Montoro lhe confidenciou ter adotado, desde o início da carreira política, linha de conduta da qual não se arrejava, pois lhe permitia, por meio de pura persuasão, obter todo o apoio de que necessitasse. Segundo o senador, essa linha de conduta consistia em nunca defender uma idéia utilizando frases negativas e a palavra não. "Tal confidência valeu-me por uma autêntica aula", afirmou.

Decisões da semana beneficiam educação e pequeno agricultor

A PEC que garante isenção tributária para caderno escolar foi aprovada em segundo turno. O Executivo também foi autorizado pelo Senado a contrair empréstimo para combater a pobreza rural

Isenção tributária para os cadernos escolares e empréstimos para investimento na área rural e alfabetização estão entre as principais decisões tomadas ao longo da semana pelo Senado. Em segundo turno, foi aprovada a proposta de emenda à Constituição do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) que isenta de qualquer taxa os cadernos escolares e o papel destinado à sua impressão. O texto vai agora à deliberação da Câmara.

Na mesma sessão, o Executivo foi autorizado a contrair empréstimo de 218 milhões de euros no Banco Mundial (Bird) para financiar parcialmente o Projeto de Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural, a ser executado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). O dinheiro deverá beneficiar 50 mil famílias em 14 estados — nove do Nordeste e três do Sul, além de Minas Gerais e Espírito Santo.

Também a ser contratado com o Bird, foi autorizado empréstimo de US\$ 90 milhões para aplicação



O Plenário também aprovou a indicação de dois novos nomes para assumirem diretorias da Aneel

no Projeto de Melhoria da Qualidade da Educação Básica do Ceará. O governo cearense investirá o dinheiro na qualificação do seu sistema de ensino, a fim de reduzir o déficit de atendimento na educação infantil e na alfabetização de adultos.

Depois de um longo debate sobre as causas da escassez de energia elétrica que provocará o racionamento, o Senado aprovou os nomes de Paulo Jerônimo Bandeira de Mello Pedrosa e Eduardo Henrique Ellery Filho

para assumirem diretorias da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Ainda nesta semana, o Plenário iniciou a discussão de proposta de emenda à Constituição do senador Moreira Mendes (PFL-RO) destinada a transformar os integrantes da carreira de policial militar do ex-território de Rondônia em quadro em extinção da administração federal. O texto estabelece que esses policiais continuarão prestando serviço ao estado de Rondônia, na condição de ce-

didos pela União.

Foram rejeitadas duas propostas de emenda à Constituição. A primeira, do senador Waldeck Ornêlas (PFL-BA), pretendia acabar com a guerra fiscal entre os estados. A segunda, defendida pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), prorrogava para 75 anos de idade a exigência de aposentadoria compulsória do servidor público. E foram aprovados decretos renovando e outorgando autorizações para o funcionamento de oito emissoras de rádio.

Relatório de Saturnino foi destaque no Conselho de Ética

O relatório apresentado pelo senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, pedindo a abertura de processo de cassação dos senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Roberto Arruda (sem partido-DF), marcou o trabalho das comissões na semana que se encerra.

Saturnino disse ter encontrado "atos contrários à ética e ao decoro parlamentar" na análise dos fatos relacionados à violação do painel eletrônico do Plenário do Senado, durante a votação secreta que decidiu pela cassação de Luiz Estevão. Para o relator, os senadores incorreram em "irregularidade grave".

A Comissão de Educação (CE) aprovou por unanimidade projeto do senador Pedro Piva (PSDB-SP) destinando ao

Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e ao Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB) 2% da arrecadação bruta de todos os concursos de prognósticos e loterias federais, entre os quais Quina, Loto e Mega Sena. O projeto ainda será votado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A CE também decidiu que a realização de programas, registro e reconhecimento de diplomas de mestrado e doutorado por meio de ensino a distância obedecerá às mesmas exigências dos cursos em que é exigida a presença física dos alunos. A decisão, com a aprovação de projeto da senadora Emilia Fernandes (PT-RS), foi tomada em caráter terminativo.

Já a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) decidiu realizar na próxima semana audiência pública para discutir com o ministro de Minas e Energia, José



Roberto Saturnino recomendou a abertura de processo de cassação dos mandatos dos senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda

Jorge, as medidas para o racionamento de energia elétrica. A audiência foi proposta em requerimentos apresentados pelo senador Paulo Hartung (PPS-ES).

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou projeto, do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), que reduz de 60 para 45 dias o período de propaganda eleitoral, mantém o tempo de propaganda gratuita no rádio e tevê em 45 dias e torna mais severas as restrições contra a "boca de urna", pela

qual os militantes dos partidos, no dia da eleição, tentam seduzir os eleitores a votar nos seus candidatos.

Na CPI mista que investiga o roubo de cargas, o empresário Ari Natalino da Silva admitiu que faz uso de "laranjas" para realizar negócios. Acusado de lavagem de dinheiro, receptação de carga roubada, falsidade ideológica e adulteração de combustível, Natalino foi acareado com sua secretária, Sandra Regina Davanço.

Desmatamento na Amazônia Legal continua crescendo, alerta Marina

Para a senadora, uma das alternativas para o problema está em projeto de lei de sua autoria que reserva recursos para investimentos nos estados que tenham áreas de preservação

Ao citar dados sobre o desmatamento da Amazônia conforme identificado pelas imagens de satélite do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), a senadora Marina Silva (PT-AC) afirmou ontem, em discurso no Plenário, que os índices podem ser ainda maiores do que os relativos ao ano passado, e indicam que houve aumento de 15% de desmatamento entre agosto de 1999 e agosto de 2000, o que representa 19,8 mil quilômetros quadrados. De acordo com o Inpe, o desflorestamento da Amazônia Legal já chega a 13,9%, informou.

— É preciso que o governo federal comece a tratar seriamente o valor real de nossa biodiversidade e de nossas florestas. O próprio Ibama, numa primeira e linear estimativa, calcula em R\$ 4 trilhões o potencial de aproveitamento da biodiversidade do Brasil — disse.

Segundo a senadora, uma das alternativas para combater o desmatamento é o projeto de lei de sua autoria que cria uma reserva no Fundo de Participação nos Estados (FPE) para investimento nos estados que tenham áreas de preservação ambiental e preservação permanente, reservas indígenas e extrativista, e também projetos de assentamento extrativista.

Marina Silva se disse cansada das acusações feitas aos defensores do meio ambiente, para afirmar que não é o seu objetivo “transformar a Amazônia em um santuário”. A senadora explicou que o movimento ambientalista hoje não está restrito a dizer o que não se pode fa-



Marina Silva: desmatamento já chega a 13,9%

zer, mas apresenta soluções segundo o princípio do socioambientalismo, que compatibiliza o desenvolvimento econômico e a preservação do meio ambiente.

A senadora ressaltou que não deseja a adoção de modelos de desenvolvimento empregados no Sul e Sudeste do país e muito menos o que foi feito com a Mata Atlântica, atualmente reduzida a 8% de sua composição original.

Em aparte, o senador Edison Lobão (PFL-MA) elogiou a “luta incansável” de Marina em relação ao meio ambiente e pediu a ela que nunca desanime na defesa da preservação da Amazônia. Lobão ressaltou também a atua-

ção “responsável e competente” do deputado José Sarney Filho à frente do Ministério do Meio Ambiente.

— Sarney Filho está fazendo o que pode em relação à preservação de nossas florestas e riquezas naturais, em especial à Amazônia. O problema é que o Ministério do Meio Ambiente está sobrevivendo apenas às custas da renda de multas aplicadas por crimes ambientais. Sem verbas da União, não há muito o que fazer — disse Lobão.

Marina Silva citou matéria publicada no *Correio Brasileiro* do último dia 15, em que a secretária de Coordenação do Meio Ambiente da Amazônia, Mary Allegretti, deixa claro que o ministério tem um alcance de fiscalização reduzido e o problema exige uma coordenação de políticas agrícolas, agrárias e econômicas.



Romero Jucá destaca campanhas educativas de combate a incêndios

Jucá elogia recentes medidas contra queimadas

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) elogiou ontem, em discurso, as providências adotadas pelo Ministério do Meio Ambiente e pelo Ibama para combater as constantes queimadas de verão que atingem as florestas de Roraima. Ele lembrou que, em 1998, grande parte da mata do estado foi devastada pelo fogo, ocasionando uma catástrofe em toda a região.

Preocupado com o retorno do fenômeno, Romero Jucá informou que procurou pessoalmente o ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, com a finalidade de relatar os problemas que as frequentes queimadas trazem à população e à própria economia do estado e, ao mesmo tempo, pedir medidas no sentido de combater o fogo. Jucá salientou que o ministro atendeu ao seu pedido e informou que o Ibama vem adotando várias medidas preventivas de combate a incêndios, entre as quais fiscalização e controle de queimadas, campanhas educativas de prevenção aos incêndios florestais, mecanização do solo e treinamento e reequipamento das brigadas de combate a incêndios.

Cabral sugere política de desenvolvimento sustentável

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) defendeu ontem o estabelecimento imediato, em caráter definitivo, de uma política de desenvolvimento sustentável para a Amazônia, “sob pena de o presente comprometer o futuro”. O senador mostrou-se preocupado com os dados “assustadores” revelados por reportagens publicadas recentemente sobre o desmatamento na região. De acordo com essas publicações, entre agosto de 1999 e agosto de 2000 o desflorestamento na Amazônia brasileira cresceu o equivalente a 91% da área do estado de Sergipe. Para Cabral, esse resultado contraria as perspectivas de estancamento do processo de desmatamento na região.

Segundo dados preliminares do Instituto Nacional de Pesqui-



Para Cabral, dados do desmatamento são assustadores

ças Espaciais (Inpe), também citados pelo senador, o desflorestamento alcançou 17.259 quilômetros quadrados entre 1998 e 1999. A extensão acumulada pelo desmatamento chegou, assim, a 569.269 quilômetros quadrados em 1999, o que representa 13,9% da área total de floresta da Amazônia, informou Cabral.

O senador creditou à Zona Franca de Manaus o fato de o estado do Amazonas ter 97% de sua floresta intacta. “Ela tem sido o grande fator de equilíbrio ambiental naquela área”, afirmou.

No mesmo pronunciamento, o senador elogiou a gestão do jornalista Fernando Cesar Mesquita à frente do Ibama, época em que, para Cabral, se registraram os menores índices de desmatamento.

MP prejudica Rondônia, diz Moreira Mendes

A reserva legal de 80% para propriedades rurais constante da Medida Provisória 2.080, que modifica o Código Florestal, pode inviabilizar economicamente o estado de Rondônia. Afirmou ontem, em Plenário, o senador Moreira Mendes (PFL-RO). Ele observou que, em seu estado, das 90 mil propriedades rurais, 85 mil são de pequena dimensão.

Se o limite de área intocável não for reduzido pela comissão mista que examina a matéria, aos agricultores e pecuaristas restará pouca quantidade de terra a ser explorada, uma vez que, além da reserva legal, não podem ser utilizadas áreas de preservação permanente, as estradas e os terrenos destinados a sedes e escolas.



Moreira Mendes defende o zoneamento

— A solução é o zoneamento ecológico e econômico-social — sugeriu Moreira Mendes. Segundo ele, esse instrumento permite que cada estado defina que áreas devem ser preservadas e como devem ser exploradas racionalmente as áreas úteis do ponto de vista econômico.

O senador assegurou que o governo e a população de Rondônia têm comprovadamente atuado no sentido de conservar seus recursos naturais, especialmente aqueles localizados em reservas ecológicas e indígenas.

— Com exceção do Ibama, a presença do governo federal nas áreas sob sua responsabilidade tem sido muito fraca — disse Moreira.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Jader Barbalho, Edison Lobão, Carlos Wilson, Casildo Maldaner, Moreira Mendes e Geraldo Cândido e pelas senadoras Emilia Fernandes, Maria do Carmo Alves e Heloísa Helena